BOLETIM

GEOCORRENTE

09 de setembro de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 · N° 147

Fim da ocupação estadunidense no Afeganistão frustra planos de mineração

EUA fora de Cabul: implicações para China e Taiwan

Principais impactos para o sul da Ásia após a retomada do regime Talibã no Afeganistão



BOLETIM

GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

CONSELHO EDITORIAL EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (Egn)

EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (Egn)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (Egn)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (Egn) Noele de Freitas Peigo (Facamp) Thayná Fernandes Alves Ribeiro (Uff)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Ana Carolina Vaz Farias (Ufrj)

Bruno Gonçalves (Ufrj)

Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (Ufrj)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na <u>home page da EGN</u> e em nossa <u>pasta do Google Drive</u>.

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (Puc-Rio) Isadora Jacques de Jesus (Ufrj) João Victor Marques Cardoso (Unirio) Vivian de Mattos Marciano (Uerj)

AMÉRICA DO SUL

Ana Laura Marçal Monsores (Uff)
Bruna Soares Corrêa de Souza (UnilaSalle)
Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (Egn)
José Martins Rodrigues Junior (Ufrj)
Luciano Veneu Terra (Uff)
Matheus Souza Galves Mendes (Egn)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Ana Carolina Ferreira Lahr (Egn) Gabriela Paulucci da Hora Viana (Ufrj) Gabriele Marina Molina Hernandez (Uff) Pedro Allemand Mancebo Silva (Puc-Rio) Raphaella da Silva Dias Costa (Ufrj)

EUROPA

GUILHERME FRANCISCO PAGLIARES DE CARVALHO (UFF)
MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)
MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)
THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)
VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Ibmec) Luís Filipe de Souza Porto (Ufrj) Marcelle Torres Alves Okuno (Egn) Maria Claudia Menezes Leal Nunes (Usp) Philipe Alexandre Junqueira (Uerj) Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (Ufrj) Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (Ufrj)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (Ufrj)
Ana Luiza Colares Carneiro (Ufrj)
Dominique Marques de Souza (Ufrj)
Isadora Novaes dos Santos bohrer (ufrj)
Pedro da Silva Albit Penedo (Ufrj)
Vitor Ferreira Lengruber (Ucp)

RÚSSIA & Ex-URSS

José Gabriel de Melo Pires (Ufrj) Luiza Gomes Guitarrari (Ufrj) Pedro Mendes Martins (Eceme) Pérsio Glória de Paula (Uff) Vitória de França Fernandes (Ufrj)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (Puc-Rio) Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (Ufrj) Thayná Fernandes Alves Ribeiro (Uff) Vinícius de Almeida Costa (Egn)

SUL DA ÁSIA

Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (ufrj) João Miguel Villas-Boas Barcellos (Ufrj) Marina Soares Corrêa (Ufrj) Rebeca Vitória Alves Leite (Egn)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (Egn) Bruno Gonçalves (Ufrj) Guilherme Novaes Silva Pinto (Ufrj)



ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL	LESTE ASIÁTICO
Argentina e Chile: o mar como fonte de parceria e tensão	EUA fora de Cabul: implicações para China e Taiwan12
Maduro e a oposição: o início das negociações6	SUL DA ÁSIA
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL	
Fim da ocupação estadunidense no Afeganistão frustra planos de mineração7	Principais impactos para o sul da Ásia após a retomada do regime Talibã no Afeganistão13
ÁFRICA SUBSAARIANA	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA
O xadrez geopolítico na contestada região da Somalilândia8	A geopolítica dos exercícios militares: Malabar Exercises 202114
EUROPA	Cooperação militar entre Filipinas e Índia15
As sanções europeias e a estabilização política no Líbano9	ÁRTICO & ANTÁRTICA
Investimentos nos Bálcãs: a disputa por influência na infraestrutura	A COP26 e o esforço britânico para o avanço no continente antártico16
tecnológica9	TEMAS ESPECIAIS
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA	Adversidades do comércio marítimo global pela escassez de contêineres
Argélia e Marrocos: um relacionamento turbulento	em decorrência da pandemia17
RÚSSIA & Ex-URSS	
A segurança hídrica da Crimeia face às contestações de Rússia e Ucrânia	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa18
	Calendário Geocorrente
	Referências
	Mapa de Riscos

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Bruno Gonçalves



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 20.



PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 07 de setembro de 2021.



ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

/acinação pelo				N
anking dos paises				à população vacinad
País	Doses a	plicadas* (por 100 pessoas)	População vacinada (%)	Vacinas
China**	2.119,0 (1°)	152	-	CanSino Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhan Sinovac
Índia	699,6 (2°)	51	39 (82°)	Covaxin Oxford/AstraZeneca Sputnik V
Estados Unidos	375,9 (3°)	113	63 (39°)	Johnson&Johnsor Moderna Pfizer/BioNTech
Brasil	202,2 (4°)	96	66 (31°)	Johnson&Johnson Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech Sinovac
Japão	139,0 (5°)	110	61 (43°)	Moderna Pfizer/BioNTech
Indonésia	107,3 (6°)	40	25 (103°)	Moderna Oxford/AstraZened Sinopharm/Beijing Sinovac
Alemanha	103,2 (7°)	124	66 (32°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Turquia	98,8 (8°)	118	60 (47°)	Pfizer/BioNTech Sinovac
Reino Unido	91,8 (9°)	137	72 (21°)	Moderna Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
França	89,7 (10°)	134	73 (19°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneo

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times BOLETIM GEOCORRENTE • ISSN 2446-7014 • N. 147 • Setembro | 2021

**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

AMÉRICA DO SUL

Argentina e Chile: o mar como fonte de parceria e tensão

Carlos Silva Júnior

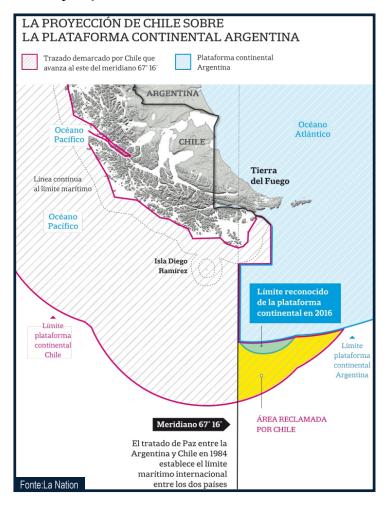
A rgentina e Chile são dois Estados marítimos relevantes na América do Sul. Além dos extensos espaços marítimos que possuem, ambos são fortemente presentes na Antártica, com reivindicações territoriais e o maior número de bases no continente gelado dentre os países da região. Ademais, possuem um estreito diálogo no aproveitamento bioceânico do subcontinente, com a construção de rodovias que integram a costa atlântica e a costa pacífica. Existem parcerias e cooperações bilaterais, em especial, na superação de divergências sobre seus limites territoriais, todavia, novos anseios e cenários retomam essa discussão. Nesse sentido, indagase em que estágio se encontra a atual relação marítima entre argentinos e chilenos.

Lançada em julho de 2021, a Diretiva de Política de Defesa Nacional argentina destaca os imperativos da pasta, bem como apresenta uma visão de mundo e das relações com os países vizinhos. Quando cita o Chile, destaca o valor crucial da relação bilateral no entorno estratégico argentino, sobretudo após a conversão da relação de tensão em confiança mútua, com o Tratado de Paz e Amizade de 1984. O tratado pôs fim ao conflito entre os países pelo Estreito de Beagle e definiu seus limites marítimos, permitindo a cooperação em vários

níveis, inclusive em defesa.

Todavia, o recente decreto de Sebastián Piñera, presidente do Chile, que atualizou a Carta Náutica nº. 8, despertou a reação dos argentinos. A atualização apresenta claramente as delimitações da Plataforma Continental chilena que avança sobre o limite estabelecido pelo Tratado de 1984 e inclui parte da extensão da Plataforma Continental argentina, que foi reconhecida pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU em 2016 e delimitada pelo país em março de 2020 (Boletim 113). Esses dois pontos fundamentam a reclamação do Ministério das Relações Exteriores argentino, endossada pelo Senado.

Da parte chilena, o chanceler Andrés Allamand espera a resolução, através do diálogo, com a Argentina. Isto posto, por se tratar de uma discussão de soberania e correspondente aos anseios de projeção marítima dos dois países, não se espera um diálogo curto para o caso, tampouco se espera uma resolução não-pacífica. De toda forma, a relação construída a partir da mediação na definição dos limites marítimos encontra sua fragilidade na mesma questão, agora, afetando também os bem estruturados mecanismos de cooperação bilateral.



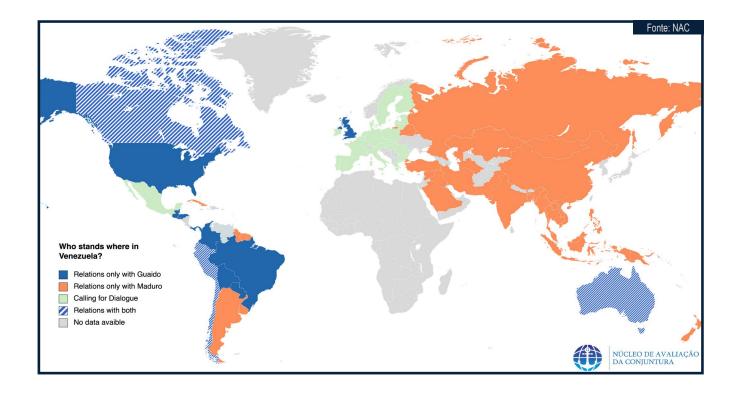
Acrise estrutural venezuelana é importante no cenário sul-americano pois apresenta, por um lado, os interesses do governo de Nicolas Maduro e de seus principais aliados internacionais (China, Irã e Rússia) e, por outro, os interesses de potências regionais (Brasil e Colômbia) e dos Estados Unidos na região. Depois de anos de confrontos políticos — resultando em prisões, torturas, mortes de dissidentes políticos e eleições contestadas internacionalmente —, em meados de agosto de 2021, uma eventual solução diplomática se apresenta. O diálogo deu-se em um encontro no México, encabeçado pela Noruega, que repete sua tentativa como mediadora da crise. Sendo assim, em que medida as negociações afetam as partes e podem se refletir no cenário interno?

A oposição liderada por Juan Guaidó e representada pela Holanda nos diálogos encontra-se enfraquecida ao entrar nas negociações. Com o boicote às eleições pelos candidatos oposicionistas ao Legislativo, a oposição perdeu a Presidência da Assembleia Nacional, fonte da legitimidade de Guaidó. Dessa forma, dos mais de 60 países que o reconheciam como Presidente Interino, agora menos de uma dúzia mantêm-se. Para evitar perder mais espaço nas Instituições de Estado, a oposição mudará de estratégia nas próximas eleições locais, previstas para novembro. Dessa vez, não haverá boicote, mas irá

participar e seguir negociando internacionalmente.

Do lado governista, Maduro articula-se junto aos seus aliados internacionais visando abrandar as sanções econômicas impostas pela comunidade internacional. Sendo representado pela Rússia, o governo tenta, com a abertura ao diálogo, demonstrar que está disposto a fazer concessões no jogo político interno a uma possível transição, mesmo tendo o controle sobre as Forças Armadas (Boletim 144). Entretanto, a prova real dessa intenção será a progressão democrática das próximas eleições, caso celebre-as dentro dos padrões internacionais.

Portanto, para a oposição, apesar de sofrer desgastes relacionados à legitimidade de seu líder, a abertura de um canal de diálogo é o avanço mais significativo desde o início da crise. Essa iniciativa representa o primeiro indício de que uma solução diplomática poderá ser alcançada para a crise venezuelana. Além disso, demonstra que oposição e governo estão preocupados com o abrandamento das sanções econômicas ao país, objetivando aliviar a crise humanitária presente. Para Maduro, a retomada da confiança internacional em seu governo ainda é difícil, mas as demonstrações de abertura política podem ser o primeiro passo para a saída da crise e transição de poder no país. Para isso, eleições com os padrões internacionais devem ser concretizadas.



AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Fim da ocupação estadunidense no Afeganistão frustra planos de mineração

Victor Gaspar Filho

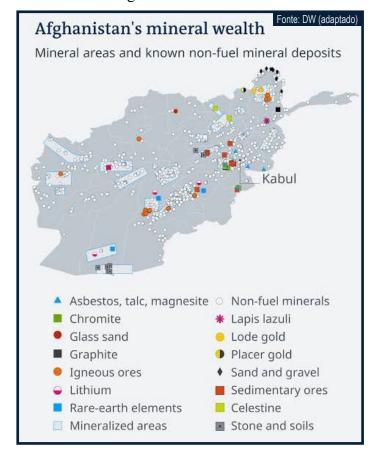
A postura da política externa estadunidense é tradicionalmente orientada pela necessidade de recursos naturais. A atual transição energética e o advento da indústria 4.0 trazem uma perspectiva de elevação significativa da necessidade de minerais não-energéticos, enquanto a capacidade mineratória e de processamento internacional não permitem a obtenção desses recursos com a devida velocidade e comprometimento com padrões de sustentabilidade. Compreendendo a disponibilidade de minerais no Afeganistão como determinante para a sustentação dos quase 20 anos da presença norteamericana no país, como o fim da ocupação impacta planos estadunidenses para sua segurança no setor mineral?

Três semanas após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o serviço geológico estadunidense recebeu autorização para estimar a riqueza mineral do solo afegão. Acreditando ser a melhor aposta para mudar a base da economia local, até então dependente da produção de ópio, o governo estadunidense investiu US\$ 488 milhões em projetos no setor, envolvendo também o treinamento de cientistas afegãos. Agências estadunidenses estimaram, em 2010, que os depósitos minerais poderiam ser avaliados em até US\$ 1 trilhão. Os recursos incluiriam metais de base, metais menores, minerais industriais, pedras preciosas e semi-preciosas, muitos destes considerados críticos ou estratégicos. A

primeira licitação para um grupo estrangeiro ocorreu em 2007, quando o *China Metallurgical Group* iniciou seu empreendimento de prospecção de cobre no país. Entretanto, em 2016, essa e mais três licitações foram suspensas por falta de transparência nas atividades.

Orientando-se por mapas geológicos deixados pelos soviéticos durante sua presença no país (1979-1989), cientistas estadunidenses realizaram o mapeamento tridimensional do subsolo afegão com imagens obtidas de sobrevoos de um *P-3 Orion* da Marinha. Apesar do significativo investimento, a produção mineral local ainda não é consolidada. A instabilidade do país, somada à carência de infraestrutura, altos índices de corrupção, necessidade de capital inicial e a superfície montanhosa são alguns obstáculos à instalação de empreendimentos. Investimentos iniciais para projetos de mineração no local podem custar até US\$ 10 bilhões e demorar mais de 20 anos para operar.

A saída dos Estados Unidos não somente é um insucesso de sua empreitada para manter o Talibã longe do poder. O capital e o tempo investido em pesquisa, treinamento e infraestrutura no setor mineral não trouxeram o retorno esperado. Enquanto o Afeganistão busca reduzir sua dependência de importações de recursos e equipamentos chineses, a China tem a segurança de seus empreendimentos garantida pelo Talibã, de volta ao controle do território.



ÁFRICA SUBSAARIANA

O xadrez geopolítico na contestada região da Somalilândia

Isadora Jacques

Ochamado "Chifre da África" é uma região de importância estratégica na porção oriental do continente africano. A modernização e a ampliação do porto de Berbera, localizado na área reivindicada pela região da Somalilândia (Estado não-reconhecido internacionalmente) completaram a primeira fase de um projeto que visa torná-lo uma nova porta de entrada de mercadorias para a Etiópia e toda África Oriental, em alternativa ao complexo portuário do Djibuti. Os investimentos na região são realizados por atores extrarregionais, atraídos tanto pelo viés econômico quanto militar. A competição econômica, acirrada pela força política de Estados investidores na região pode afetar a geopolítica no Chifre Africano?

O Chifre da África abriga parcerias econômicas, políticas e militares de Estados extrarregionais com países africanos como Somália, Sudão, Etiópia e Djibuti. A *DP World*, com sede em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), trabalha em parceria com uma estatal etíope e o governo da região da Somalilândia no projeto do Porto de Berbera. O intuito é movimentar mais de 20% das mercadorias destinadas à Etiópia, o segundo país mais populoso da África, e implementar uma nova infraestrutura rodoviária para apoiar esse acesso, propósito que deve ser totalmente concluído em 2022.

A gigante do setor portuário dos EAU já concretizou outros projetos como na costa ocidental do continente, em Angola (<u>Boletim 135</u>).

Outro ator proeminente de posição geoestratégica única entre África e a Península Arábica é o Djibuti. O país ainda abriga a única base militar permanente dos Estados Unidos na África; a única base naval da China fora de seu país; além de possuir bases francesa, japonesa, italiana, espanhola e saudita. A Rússia, por sua vez, investe em uma base naval na costa do Sudão, no Mar Vermelho (Boletim 129), enquanto até mesmo Taiwan, país não reconhecido pela ONU, buscou, estrategicamente, estreitar laços com o governo da Somalilândia, de igual situação diplomática perante instituições internacionais (Boletim 125).

Apesar do crescimento etíope de 9,4% ao ano na última década, os conflitos na região do Tigray (Boletim 143) minguam as perspectivas positivas para o país. O embargo político e o escalonamento da crise humanitária na Somália (Boletim 136) colocam em xeque o equilíbrio do país. Apesar dos ambiciosos investimentos e acordos militares, existe a incerteza da expansão econômica em decorrência da instabilidade política e humanitária no entorno da região do Chifre da África.



As sanções europeias e a estabilização política no Líbano

Melissa Rossi

Tm ano após a explosão que ceifou centenas de vidas De devastou o porto de Beirute, a União Europeia (UE) aprovou, no dia 30 de julho, um quadro legislativo para a implementação de sanções internacionais contra indivíduos e organizações libanesas responsáveis por obstruir os processos democráticos necessários para se governar o país. As sanções internacionais têm sido uma importante ferramenta da política externa da UE dentro de uma estratégia política mais ampla. As medidas em questão irão comportar o congelamento de fundos bancários na UE e a proibição de viagens ao bloco. Além de indivíduos no governo, as medidas restritivas também podem ser implementadas contra organizações financeiras que usem fundos públicos de forma ilícita, como estabelecido pela Convenção das Nações Unidas contra a corrupção. De que maneira as sanções implementadas pela UE influenciam a estabilização política libanesa?

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE prevê o uso de sanções contra países, empresas, organizações e indivíduos quando medidas políticas já não são mais eficazes. Todavia, as sanções internacionais podem ter objetivos bem diferentes. Por exemplo, medidas restritivas podem somente sinalizar desaprovação, quando um governo quer emitir um aviso, enquanto outras podem ter um claro objetivo de coerção

que procure modificar de forma efetiva o comportamento de seus alvos.

As sanções europeias em questão são coercitivas, miradas contra indivíduos e instituições libanesas específicas, causando assim pequeno impacto econômico na sociedade, mas grande influência nas vidas destes indivíduos e entidades, uma vez que os grupos em controle do país possuem interesses econômicos expressivos na UE, como propriedades e investimentos, sobretudo devido à sua ligação histórica com a França. Neste contexto, o quadro legislativo, aprovado pelo Conselho da União Europeia é o primeiro passo concreto para promover um governo libanês responsável, funcional e atento aos grandes desafios sociais que o país atravessa. O Líbano está há quase 1 ano sem uma liderança eficaz e, segundo o Banco Mundial, sofre uma das piores crises econômicas a nível mundial, desde meados do século XIX.

Portanto, quando a lista com os nomes dos grupos e indivíduos sancionados for definitivamente aprovada pelos 27 Estados Membros da UE, essas sanções afetarão diretamente esses conjuntos. Esses poderão ajudar a pressionar os líderes libaneses a governar o país de forma responsável a fim de diminuir os danos causados e, consequentemente, tirar o Líbano deste drástico período de grave estagnação política e econômica.

DOI 10.21544/2446-7014.n147.p09.

Investimentos nos Bálcãs: a disputa por influência na infraestrutura tecnológica

Marina Autran

Os Bálcãs, região composta por Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia, estão melhorando suas infraestruturas tecnológicas nos últimos anos. Dentre os investidores externos, ressalta-se a presença de empresas chinesas, europeias e estadunidenses. Com as incertezas no processo de adesão desses países à União Europeia, é importante entender como as relações regionais impactam a disputa entre as potências por investimento nessas tecnologias.

As iniciativas *Digital Silk Road* de Pequim e *Clean Network* de Washington são dois projetos presentes nos Bálcãs que ilustram o conflito. O primeiro procura expandir globalmente as tecnologias chinesas para mercados previamente dominados por empresas locais ou ocidentais. Montenegro e Sérvia são os principais parceiros chineses, e a Bósnia está aberta às empresas asiáticas que desejarem fazer parte de sua futura rede. O segundo é uma resposta para limitar a influência do

primeiro, com o objetivo de proteger a privacidade de cidadãos e empresas de vendedores não confiáveis. Albânia, Kosovo, Macedônia do Norte e Sérvia assinaram o projeto em 2020, além do apoio da União Europeia.

Considerando esses aspectos, observa-se como as relações regionais impactam os alinhamentos desses países com as potências investidoras. Primeiramente, existem tensões advindas da Sérvia por não reconhecer Kosovo. Sendo assim, a China não tem relações diplomáticas oficiais com o país por sua relação próxima com a Sérvia. Outro ponto são as candidaturas para adesão à União Europeia: Albânia e Macedônia do Norte são os únicos que iniciaram oficialmente as negociações, tendo incentivos maiores para se alinharem ao bloco.

Por fim, é importante destacar os receios da União Europeia com a aproximação chinesa. A presença da China na região estabelece sua influência nas principais rotas terrestres e marítimas dentro da Europa. Por ser seu principal parceiro, a Sérvia recebe as maiores pressões. »

Como citado, mesmo próxima à China, a Sérvia assinou o *Clean Network*, adiando o lançamento da tecnologia 5G, que tinha a empresa chinesa *Huawei* como principal candidata.

Portanto, as relações regionais têm um impacto significativo no investimento em infraestrutura tecnológica nos países do Bálcãs. As disputas por influência entre China e Estados Unidos estão presentes na região, e seus projetos são privilegiados ou prejudicados a partir do relacionamento dos países entre si e com a União Europeia. Esta acaba por ter que exercer mais ou menos pressão para alinhamento de acordo com esses laços já estabelecidos.



DOI 10.21544/2446-7014.n147.p09-10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Argélia e Marrocos: um relacionamento turbulento

Isadora Bohrer

Países vizinhos no Norte da África, a Argélia e o Marrocos possuem um relacionamento turbulento desde o final da década de 1950, período em que os dois obtiveram suas respectivas independências. Por diversas vezes, ambos entraram em conflito, principalmente por conta de limites territoriais, porém mantinham laços diplomáticos desde 1988. No dia 24 de agosto, a Argélia anunciou ruptura de relações com Marrocos por apoio a grupos separatistas que causaram incêndios criminosos. Nesse cenário, a decisão argelina poderia ser considerada imprudente?

A Argélia possui um considerável desafio por toda a extensão de suas fronteiras. O país é cercado por vizinhos instáveis: ao Sul, Mali, Mauritânia e Níger estão em crise humanitária; à leste, a Líbia luta pela democracia, enquanto a Tunísia parece se distanciar cada vez mais dela. O que lhe resta é o Marrocos a Oeste e o território do Saara Ocidental. Esse último é motivo de grande tensão entre os dois desde suas respectivas independências da

França em 1962, que não determinaram a validade das fronteiras entre eles. A Argélia apoia a independência do Saara Ocidental, território que está aos poucos sendo anexado pelo Marrocos. Já esse apoia a independência de tribos da região Oeste da vizinha, o que faria com que a Argélia perdesse parte de seu território, além de formar um "Estado-tampão", ao menos de forma provisória, já que o Marrocos por diversas vezes apresentou uma postura expansionista.

Ademais, as disputas ocorrem em um local com alta importância espacial e energética. Banhados pelo Mar Mediterrâneo e próximos à Europa, os principais parceiros dos dois países são europeus. A Argélia é detentora da segunda maior reserva de gás natural e da terceira maior de petróleo do continente, dependendo quase totalmente dessa receita. Já o Marrocos possui uma balança comercial diversificada, não tem poderio energético, mas aproveita sua localização para escoar produtos pela Espanha. Enquanto as relações entre »

os dois vizinhos eram mantidas, a Argélia cogitou até mesmo fechar um contrato para escoar seu petróleo por território marroquino, projeto agora improvável.

Dessa maneira, percebe-se que a decisão argelina de ruptura é justificada, mas é extremamente custosa. Ainda que existam problemas fronteiriços a serem resolvidos pelos dois, o Marrocos ainda é o vizinho mais estável da Argélia. Talvez o único que seja capaz de fornecer parcerias ao escoamento de produtos a curto e médio prazos, bem como para juntar-se contra uma eventual crise com vizinhos inconsistentes.



DOI 10.21544/2446-7014.n147.p10-11.

RÚSSIA & EX-URSS

A segurança hídrica da Crimeia face às contestações de Rússia e Ucrânia

José Gabriel Melo e Luiza Guitarrari

segurança hídrica desempenha um papel fundamental nas atividades produtivas e de subsistência de uma sociedade. Nessa temática, desde a anexação russa em 2014, a Crimeia sofre com a escassez hídrica devido ao corte do abastecimento por Kiev. Outrora, a irrigação da península era feita através do North Crimean Canal (NCC), uma infraestrutura que canalizava água do rio Dniepr para a região (Boletim 115). Com o agravamento do desabastecimento nos últimos anos, observa-se o encolhimento das terras aráveis, seguido de períodos de desertificação e subsequente redução da produção agrícola. Assim, como tal questão pode ser abordada no âmbito das tensões entre Rússia e Ucrânia?

A projeção regional resultante da anexação da península garantiu prestígio ao Kremlin e às Forças Armadas. Sendo a Crimeia um ponto-chave da política externa russa, em 24 de agosto, foi endereçado pelo Comitê Investigativo Russo um processo criminal sob o Artigo 358 do Código Penal. Classificado como "Ecocídio", as reivindicações russas destacam a destruição da fauna e flora, além do cerceamento de recursos hídricos na região.

A medida entra em consonância com a própria Estratégia da Crimeia 2030, que visa garantir a autossuficiência hídrica da península, ao mesmo tempo que estimula o seu crescimento demográfico.

O impacto do represamento do NCC repercute em diversas esferas, principalmente na agricultura, setor responsável pelo consumo de 3/3 da água transportada pelo canal. Estima-se que em 2018 os índices representavam 12,5% do que eram em 2013, gerando um prejuízo anual de US\$ 210 milhões, segundo dados do Ministério da Agricultura da Crimeia. Ademais, fatores naturais como a falta de precipitação — sendo 2020 classificado como o mais seco dos últimos 150 anos — agravam a situação. Nesse contexto, o planejamento de Moscou que, segundo as convenções de Genebra, é responsável pelo suprimento do território ocupado, ocorre a longo prazo e sob um custo elevado. Para além da escassez hídrica, autoridades ucranianas acusaram a Rússia de utilizar as denúncias como propaganda para sua população, evidenciando outro aspecto desse conflito.

A Península da Crimeia, portanto, segue como ponto de inflexão entre Rússia e Ucrânia. Por um lado, Moscou »

busca mostrar sua proeminência na região, por constituir um dos pilares de apoio militar e doméstico do Governo Putin. Enquanto para Kiev, a água é um mecanismo de dissuasão, embora reconheçam que somente isso não é capaz de frear a militarização russa no Mar Negro, que tem sido constante foco da sua preocupação.



DOI 10.21544/2446-7014.n147.p11-12.

LESTE ASIÁTICO

EUA fora de Cabul: implicações para China e Taiwan

Philipe Alexandre

Osistema internacional é formado por uma ampla rede de relações simultâneas e entrelaçadas entre os diversos atores internacionais. Nesse sentido, quando ocorre a presença de novos elementos suficientemente relevantes, num determinado espectro dessa teia, todo sistema é afetado. Na prática, China e Estados Unidos (EUA) são os dois principais polos de poder do sistema internacional devido às capacidades política, econômica e militar. Ou seja, conforme um dos dois se movimente no tabuleiro, há consequências para os demais atores em múltiplas áreas.

Esse modelo teórico-metodológico, em grande medida, permite analisar os efeitos da retirada das tropas estadunidenses e da OTAN do Afeganistão para a China. Embora a ação dos EUA tenha se dado na fronteira terrestre oeste do território chinês, parte dos seus efeitos ocorrerão na sua costa leste marítima. Este é o ponto relevante da decisão do governo Joe Biden. Apesar de Washington ter retraído na Ásia central, abrindo oportunidade para Pequim expandir sua influência na sua fronteira ocidental, a conjuntura oriental chinesa deve se tornar mais disputada.

A missão dos EUA e aliados no Afeganistão perdeu sentido, principalmente depois da crise econômica de 2008. Esta requereu uma nova mudança na estratégia hegemônica estadunidense: a Guerra ao Terror passou a

ser substituída pela necessidade de contenção da projeção chinesa sobre o Indo-Pacífico. Nesse sentido, diante de uma nova ameaça e de recursos limitados, a saída dos EUA do Afeganistão expõe uma reorientação estratégica estadunidense, em que o foco passará a ser cada vez mais o Pacífico.

A China reconhece que os EUA terão maior presença numa questão cara para Pequim: Taiwan. Sabe-se que os laços entre Washington e Taipei devem se consolidar — aumento na venda de armamentos, treinamentos militares mais frequentes, apoio estadunidense a grupos anti-Pequim em Taiwan. As autoridades chinesas têm demonstrado como lidarão com tal cenário: demonstração de força militar, barganhas e ameaças, em relação à ilha ou a qualquer país que apoie sua maior independência, demonstrados nos tons de editoriais do *Global Times* — tabloide do Partido Comunista Chinês.

Esse cenário, portanto, demonstra que as relações sino-americanas podem se deteriorar, pois, na atual conjuntura internacional, Taiwan é um território mais estratégico para Washington diante da projeção chinesa. Além disso, as marinhas chinesa e dos EUA devem ganhar espaço nos orçamentos e pensamento estratégico de ambos; os demais países do sistema internacional terão que se equilibrar entre as duas potências; e a economia global será afetada.

DOI 10.21544/2446-7014.n147.p12.

SUL DA ÁSIA

Principais impactos para o sul da Ásia após a retomada do regime Talibã no Afeganistão

Rebeca Leite

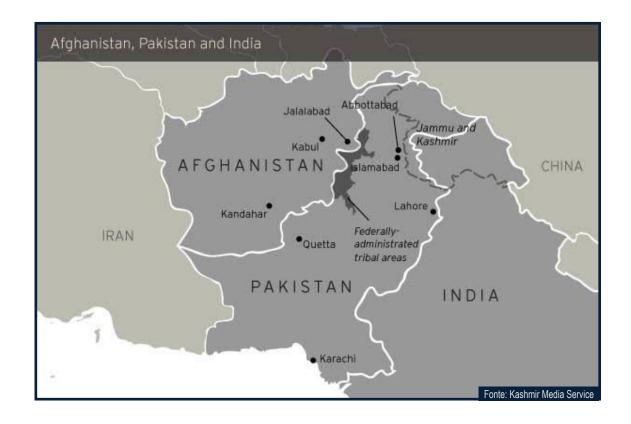
Em 15 de agosto de 2021, o grupo Talibã adentrou ao palácio do governo horas depois de o então presidente, Ashraf Ghani, fugir de Cabul. São muitos os possíveis desdobramentos que este fato histórico pode nos revelar, porém, por ora, cabe questionar alguns impactos da retomada deste regime para os principais atores políticos da região.

Se por um lado o primeiro-ministro Imran Khan tenta convencer o mundo de que o Paquistão não apoia o terrorismo — embora a Rede Haqqani seja acusada de ter conduzido ataques aos soldados estrangeiros no Afeganistão, formando uma grande coalizão com o Talibã — também tenta dialogar com sua ala doméstica religiosa. Sendo o Paquistão um dos maiores países islâmicos do mundo em termos demográficos, é extremamente sensível que um líder teça críticas a um "governo irmão" que se propõe a seguir o Alcorão, como o Talibã afegão. Por outro lado, o Paquistão não mantinha boas relações com tal vizinho devido à guinada do último governo para dialogar com a Índia. Os paquistaneses temiam que a administração Ghani, com apoio dos Estados Unidos (EUA), se aliassem aos indianos e os cercassem geopoliticamente. Nesse sentido, o Paquistão entende o retorno do Talibã como um trunfo que pode garantir relações amistosas com o Afeganistão, ao passo

que busca conter a influência indiana.

Para a Índia, este fato abre pelo menos duas frentes de ameaça. Primeiramente, a presença dos EUA significava segurança contra a atuação do Paquistão, sobretudo na Caxemira, vide as acusações de terrorismo transfronteiriço e o apoio aos movimentos separatistas. Em segundo lugar, o diálogo da China com o Talibã pode expandir a influência chinesa na região. Sabe-se da intenção de Pequim de incluir o Afeganistão na *Belt and Road Iniciative* e, além disso, das iniciativas de conectar o país à China, por meio do Corredor de Wakhan (Boletim 67). Portanto, com a saída dos EUA, o Talibã buscará ajuda financeira, vácuo que os chineses devem ocupar sem muito esforço, para limitar a influência da Índia no Afeganistão por meio da diplomacia focada em infraestrutura.

Em suma, pode-se considerar a Índia a mais prejudicada neste cenário. A atual política dos EUA para o sul da Ásia prejudica diretamente a segurança indiana, pois contribui ao Paquistão como um contrapeso à Índia e, ainda, facilita a expansão chinesa na região. Assim, o sul da Ásia se revela uma das áreas mais desafiadoras da estabilidade política internacional, a depender de como estes atores coordenarão esta nova conjuntura.



SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A geopolítica dos exercícios militares: Malabar Exercises 2021

Thayná Fernandes

Entre os dias 26 e 29 de agosto deste ano ocorreu a primeira fase do exercício naval conhecido como Malabar Exercises. Em sua 25ª edição, realizado nas proximidades da ilha de Guam, o treinamento contou com os países do Diálogo Quadrilateral de Segurança (*QUAD*, em inglês): Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão. Com objetivo de "aumentar a interoperabilidade entre as Marinhas participantes, desenvolver conhecimentos comuns e estabelecer procedimentos operacionais padrão", os treinamentos envolveram operações combinadas, com ações de Defesa Aeroespacial, de Superfície e de Submarino.

O Malabar Exercises é mais uma das diversas iniciativas militares no Pacífico, as quais têm sido cada vez mais constantes nos últimos anos: em 2019, por exemplo, os Estados Unidos participaram de cerca de 85 exercícios militares com aliados e parceiros na região. Nesse sentido, este artigo visa investigar quais os efeitos dos exercícios militares na geopolítica do Indo-Pacífico.

Em uma visão realista das teorias das Relações Internacionais, a paz é entendida em uma abordagem negativa, ou seja, como um momento de "não-guerra" entre os países, quando o equilíbrio de poder é alcançado. Assim, é preciso estar preparado para conflitos: uma demonstração de capacidade de combate fazse fundamental para desestimular possíveis inimigos. Exercícios militares são parte importante dessas

demonstrações, não apenas indicando força, mas também deixando claro que não se está sozinho.

As conhecidas disputas marítimas no Indo-Pacífico promovem tais iniciativas militares: em abril deste ano, as nações do *QUAD* participaram de um exercício multinacional com a França na Baía de Bengala (*La Pérouse*); em junho, a China realizou exercícios no Tibete; no início de agosto, os Estados Unidos iniciaram dois "Exercícios Multinacionais de Larga Escala", um no Pacífico e outro no Mediterrâneo; no mesmo mês, China e Rússia se uniram na realização do *Zapad/Interaction-2021* (Boletim 146). Ainda em agosto, iniciou-se o Malabar Exercise e, até o final do ano, novos treinamentos podem ocorrer. Além disso, ações bilaterais têm acontecido com frequência, especialmente por parte da Índia.

Dessa forma, é possível concluir que, embora as nações estejam ligadas à China por laços econômicos extremamente relevantes, têm se esforçado para demonstrar que são militarmente capazes, com parcerias estratégicas relevantes. Nesse sentido, iniciativas como o *QUAD* e exercícios como o *Malabar, RIMPAC, ZAPAD* e outros serão cada vez mais constantes na busca pela demonstração de poder e domínio do Indo-Pacífico, o que contribuirá para o aumento da tensão geopolítica na região.



Cooperação militar entre Filipinas e Índia

As ações militares que os Estados promovem no Indo-Pacífico tendem a instigar debates e ações de outros atores internacionais que também possuem interesses ou reivindicações na região. Recentemente, Filipinas e Índia optaram por reforçar seus acordos de cooperação bilateral, que possibilitaram estreitar laços militares, com foco na cooperação naval. O que a aproximação entre Manila e Nova Délhi representa frente aos desafios regionais de segurança?

A aproximação da Índia com as Filipinas faz parte de uma perspectiva estratégica que visa a expansão da ação indiana no Indo-Pacífico. Desde a década de 1990, Nova Délhi busca maior relação com os países do Oriente por meio de iniciativas políticas, como o Look East Policy e Act East (este último, em 2014). Para Manila, que não possui uma força marítima capaz de contrapor as investidas chinesas, parcerias e cooperações no âmbito de defesa são uma possibilidade de reafirmar sua presença marítima na região. Considerando que o próprio presidente filipino, Rodrigo Duterte, uma vez afirmou ser impossível contestar um rival poderoso como a China, tal medida parece razoavelmente favorável. Historicamente, a relação entre os dois países foi pouco explorada, mas a visita do Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi (a primeira em quase quatro décadas) demonstra uma mudança na postura do país sul-asiático.

Matheus Bruno Pereira e Iasmin Gabriele Nascimento

Recentemente os dois países realizaram exercício naval próximo às Filipinas, pouco tempo após este último demonstrar uma mudança de postura frente às incursões chinesas (Boletim 145). Além disso, no início de 2021, Filipinas e Índia assinaram um acordo que facilitará a aquisição de mísseis BrahMos (Boletim 130) por Manila. O país do Sudeste Asiático visa adquirir o sistema de proteção costeira desde 2016, quando passou a demonstrar interesse na compra do armamento. Caso a compra seja efetivada, as Filipinas se tornarão o primeiro país a importar o sistema. Vale ressaltar que ambos estão aliados junto aos Estados Unidos e representam um contrapeso frente à presença de Pequim na região, principalmente no Mar do Sul da China.

Portanto, a aproximação entre os dois países reflete não só uma preocupação sobre a China no Indo-Pacífico, mas também o retorno da exploração de uma parceria capaz de preencher os fins estratégicos de cada um dos países. Assim, presença regional, troca de informações e técnicas, além do comércio de Defesa, podem ser efeitos que ambos poderiam desfrutar.



ÁRTICO & ANTÁRTICA

A COP26 e o esforço britânico para o avanço no continente antártico

Gabriela Paulucci da Hora Viana

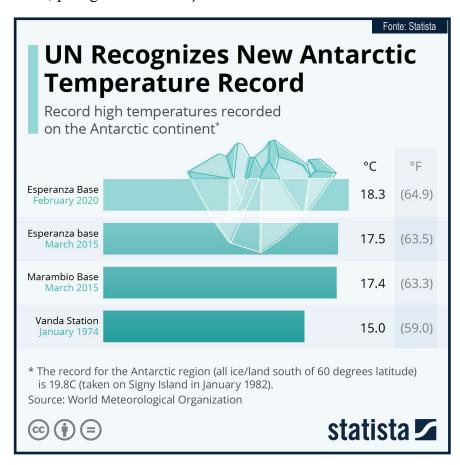
Ainteração proveitosa entre política e ciência climática é essencial para que decisões eficazes sejam tomadas a nível da governança global. Sob essa ótica, em novembro de 2021, a cidade escocesa de Glasgow sediará a COP26, da ONU, que tem a premissa de limitar os aumentos de temperatura do Planeta a 1,5°C. Por isso, sendo palco para os esforços internacionais no enfrentamento da mudança climática, a conduta do Reino Unido exige uma postura estratégica. Esta tem sido ilustrada com seu navio quebra-gelo *HMS Protector*, que traduz seu protagonismo em medida de pesquisas e, ao mesmo tempo, serve como um mecanismo de demonstração de poder. Porém, qual a relação entre a agenda voltada às mudanças climáticas e os interesses britânicos no continente Antártico?

As mudanças climáticas tornam a pesca e os reservatórios de petróleo na Antártica cada vez mais acessíveis e lucrativos. Por um lado, ainda que o Tratado Antártico tenha ajudado a minimizar a influência exploratória do continente, a emergência climática está tornando o futuro do continente inusitadamente frágil. Por outro, enquanto não houver uma revisão do Tratado, os países correm para obter vantagens comparativas que podem, em breve, ser cruciais em um cenário de incertezas, no qual é possível pensar em prováveis disputas territoriais. Por isso, para garantir sua força no

Tratado, a presença britânica no território antártico é voltada para manter seu pioneirismo: tanto por ter sido um dos primeiros países a chegar no continente, quanto por sua reivindicação territorial parcialmente coincidente com as áreas reivindicadas por Argentina e Chile.

Nesse sentido, na busca pela continuidade de sua forte presença no continente e na tentativa de obter vantagens comparativas, em dezembro, o *HMS Protector* chegará à Antártica e começará a coleta de dados voltados para o estudo das mudanças climáticas e uma pesquisa minuciosa em áreas inexploradas na Antártica, que só serão possibilitadas pelo alto nível tecnológico do navio. Esse movimento ilustra a importância dos navios quebragelo para permitir a navegabilidade no mar antártico e, consequentemente, um maior acesso à pesquisa na região.

Assim sendo, a COP26 representa o cenário ideal para os Estados defenderem seus interesses no continente Antártico. Particularmente, no caso do Reino Unido, o *HMS Protector* é mais um dispositivo em prol dos seus interesses naquele continente e, ao mesmo tempo, impulsionar a ciência britânica na Antártica, obtendo importantes vantagens comparativas.



TEMAS ESPECIAIS

Adversidades do comércio marítimo global pela escassez de contêineres em decorrência da pandemia

Alessandra Brito e Jéssica Germano

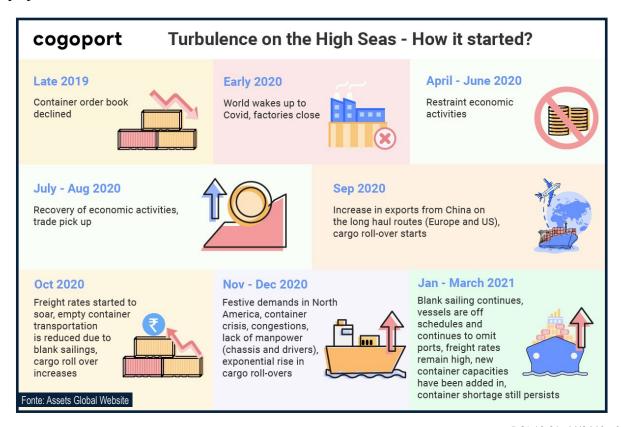
Desde o ano de 2020, a pandemia alterou as dinâmicas do comércio internacional, desencadeou o processo de *lockdown* em diversos países, gerando restrições de operação ou até mesmo o fechamento de portos pelo globo. Mesmo após a tentativa de normalização das atividades, a crise da escassez de contêineres, provocada pela pandemia e suas externalidades, tem sido um dos maiores desafios da logística marítima internacional. Assim, questiona-se as causas e as consequências geradas aos países e ao comércio marítimo global pelo evento.

No início da pandemia, com a restrição de atividades econômicas, houve a redução de circulação de navios de carga, interrompendo o fluxo de mercadorias e dificultando a coleta de contêineres vazios. Com o déficit de pessoal, falência de empresas, entre outros motivos, um número significativo de contêineres foi para depósitos, enquanto outros se acumularam em portos de carga. Ademais, pelo fechamento ou restrições às operações portuárias, diversos portos estão sofrendo com o congestionamento na atracação de navios. O episódio do navio *Ever Given*, encalhado no canal de Suez em março de 2021 (Boletim 137), também contribuiu para a situação. O reaquecimento do setor tem causado atrasos de semanas e obstruído a circulação de contêineres.

Consequentemente, os contêineres em água por mais tempo põem em risco a produtividade no transporte marítimo, prejudicando o setor. Como num ciclo vicioso, os preços de reserva, que são oferecidos cerca de uma semana antes da partida dos navios, estão sendo ofertados em intervalos mais curtos e com lances cada vez mais altos do valor do frete. A situação de vulnerabilidade deste modal tem, ainda, envolvido as partes do setor marítimo em litígios e imbróglios comerciais.

Para reverter a situação, ou minimamente mitigar os efeitos da crise, faz-se necessária uma maior cooperação estratégica entre as companhias de navegação, terminais portuários, clientes e indústria naval. Empresas líderes do ramo de transporte marítimo, como a *Maersk* e *Hapag-Lloyd*, começaram a adaptar seus métodos de operação. Uma opção foi desligar os contêineres refrigerados, nas operações *Non-Operating Reefer* (NOR), para permitir o envio de produtos secos para locais de demanda refrigerada. Uma vez no destino, estes são esvaziados e ligados novamente para a reintegração à cadeia logística.

É necessária a concertação de atores estratégicos visando gerar alternativas para o modal sair desta crise. Algumas soluções seriam a criação de centros de distribuição, mudanças nas operações ou aumento nas rotas disponíveis para evitar gargalos. Tais alternativas devem ser formuladas em conjunto, visando a eficiência do modal, e assim, evitar o desabastecimento de alimentos, bens ou insumos produtivos nos países.



ARTIGOS SELECIONADOS & NOTÍCIAS DE DEFESA

Por: CT Bruno Carvalho

Por: Isadora Jacques

- ► Chile: Under Pressure at Home and Constrained Abroad GEOPOLITICAL FUTURES, Allison Fedirka
- ► <u>Masters and Commanders: Are Civil-Military Relations in Crisis?</u> FOREIGN AFFAIRS, Kori Schake, Peter D. Feaver, Risa Brooks, Jim Golby e Heidi Urben
- ► <u>Facing reality is painful for the US and its allies</u> CHATHAM HOUSE, Simon Fraser, Leslie Vinjamuri, Patricia Lewis e Richard G. Whitman
- ► RELOCATION, RELOCATION: Could the UK's Nuclear Force be Moved after Scottish Independence?
 RUSI, Hugh Chalmers e Malcolm Chalmers
- Saudi Arabia's ballistic-missile programme: an overview IISS, Mark Fitzpatrick

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

SETEMBRO 13º Cúpula dos Término do BRICS(Online, **Exercício** presidida pela **Multinacional** Índia) **Bright Star** Reunião Sessão do (Egito) Ministerial entre Comitê Militar Reunião dos Austrália e os em Chefes de **Ministros EUA** (Washington Defesa (OTAN) das Finanças <u>Eleições</u> D.C., EUA) do G-7 e os (Atenas, Grécia) parlamentares governadores do na Rússia **Banco Central** Exercício 19 **Dynamic** Mariner 21 da OTAN (Reino Eleições parlamentares 13 <u>Eleições</u> parlamentares na Noruega Unido) no Canadá <u>Reunião</u> **Ministerial** entre <u>Austrália</u> Conferência Sea Asia 21-23 e os EUA Reunião do (Washington Conselho Geral (Singapura) D.C., EUA) do Banco 76ª 23 Central Europeu sessão da 14-30 (Frankfurt, **Assembléia** ALemanha) Geral das Término do **Nações** <u>Eleições</u> **Unidas** (Nova exercício parlamentares 26 multinacional ZAPAD 2021 York, EUA) na Alemanha Exercício Joint (Nizhniy, Warrior II da Cúpula da **OTAN** (Reino Řússia) <u>Organização</u> Unido) <u>de</u> Cooperação Th-**Submarine** de Xangai **Networks** World (Online, (Dushanbe, **Tajiquistão**) Singapura)

REFERÊNCIAS

Argentina e Chile: o mar como fonte de parceiria e ago. 2021. Acesso em: 02 set. 2021.

CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. Canciller Allamand • sobre la actualización de la Carta Náutica N°8: "Chile valora positivamente BIRTLES, B. China takes US withdrawal from Afghanistan as an opportunity la coincidencia entre la Cancillería argentina y la chilena, de que esta diferencia deberá ser resuelta a través del diálogo". Santiago, 29 ago. 2021. Acesso em: 04 set. 2021. Acesso em: 01 set. 2021.

ARGENTINA. Poder Executivo. Anexo 1 – Directiva de Política de Tóquio, 17 ago. 2021. Acesso em: 04 set. 2021. Defensa Nacional. Buenos Aires, 06 jul. 2021. Acesso em: 01 set. 2021.

Maduro e a oposição: o início das negociações

negociaciones. El Financiero, Cidade do México, 13 ago. 2021. Acesso em: 21 ago. 2021.

FOUCHE, G. Norway says it is involved in Venezuela talks. Reuters, Washington, 24 aug. 2021. Acesso em: 31 ago. 2021. Londres, 11 ago. 2021. Acesso em: 21 ago. 2021.

Fim da ocupação estadunidense no Afeganistão frustra planos de mineração

BO, Z. In Afghanistan, China Is Ready to Step Into the Void. The New York Times, Nova lorque, 20 ago. 2021. Acesso em: 01 set. 2021. SIMPSON, S. Afghanistan's buried riches. Scientific American, RAJAGOPALAN, R. The Quad Conducts Malabar Naval Exercise. The Londres, [s.d]. Acesso em: 01 set. 2021.

O xadrez geopolítico na contestada região da • Somalilândia

Budd Group to Offer Services at Africa's Expanded Berbera Port. The Maritime Executive, Fort Lauderdale, 23 ago. 2021. Acesso em: 30 ago. 2021.

SCHIPANI, A. Somaliland gears up for 'healthy' battle of ports. Financial **Times**, Londres, 02 set 2021. Acesso em: 03 set 2021.

Líbano

CHEHAYEB, K. EU adopts framework to sanction Lebanese officials. AI HMS Protector heads for new adventures in Antarctica. Mercopress, Jazeera, Doha, 30 jul. 2021. Acesso em 17 ago. 2021.

Líbano: UE adota quadro de sanções específicos. European Council, [s.l], 30 jul. 2021. Acesso em 15 ago. 2021.

infraestrutura tecnológica

VLADISAVLJEV, S. Surveying China's Digital Silk Road in the Western Balkans. War on the Rocks, Washington, 03 ago. 2021. Acesso em: 04 set. 2021

SAVIC, M. Why the EU's Balkan Expansion Faces a Long and Winding Road. The Washington Post, Washington, 26 ago. 2021. Acesso em: 04 set. 2021.

Argélia e Marrocos: um relacionamento turbulento

MARTINEZ, L. L'Algérie ne perçoit plus le Maroc comme un rival, mais comme un potentiel ennemi. Le Monde, Paris, 04 set. 2021. Acesso em 15 ago. 2021.

Algeria cuts diplomatic ties with Morocco over 'hostile actions'. Al Jazeera, Doha, 24 aug. 2021. Acesso em 15 ago. 2021.

A segurança hídrica da Crimeia face às contestações de Rússia e Ucrânia

SPARKS, W. KLIMENT, A. "Crimea river": Russia & Ukraine's water conflict. **Zero**, [s.l], 26 ago. 2021 Acesso em : 01 set. 2021.

PLOTNIKOV, O. The Proceedings Flow While Water Does Not: Russia's Claims Concerning the North Crimean Canal in Strasbourg: Talk!, [s.l], 24

EUA fora de Cabul: implicações para China e Taiwan

for some sabre-rattling in Taiwan. ABC News, Nova lorque, 17 ago. 2021.

CHAO, V. What the Fall of Afghanistan Means for Taiwan. The Diplomat,

Principais impactos para o sul da Ásia após a retomada do regime Talibã no Afeganistão

CUMBRE EN entre gobierno y oposicion de Venezuela: 10 claves de las GANGULY, S. What the Taliban Takeover Means for India. Foreign Policy, Washington, 17 aug. 2021. Acesso em: 26 ago. 2021. RIEDEL, B. Pakistan's problematic victory in Afghanistan. Brookings,

> A geopolítica dos exercícios militares: Malabar **Exercises 2021**

> BORAH, R. Malabar 2021: More Important than Ever for Peace in the Indo-Pacific Region. JapanForward, Tóquio, 4 set. 2021. Acesso em: 04 set. 2021.

> Diplomat, Washington, 27 aug. 2021. Acesso em: 02 set. 2021.

Cooperação militar entre Filipinas e Índia

SMITH, Jeff M. India and the Philippines: A New Chapter in Defense Ties? The Diplomat, 09 jan. 2020. Acesso em: 26 ago. 2021.

India conducts maritime exercise with Philippine Navy. The Indian **Express**, 24 ago. 2021. Acesso em: 26 ago. 2021.

A COP26 e o esforço britânico para o avanço no continente antártico

As sanções europeias e a estabilização política no Global water crisis will intensify with climate breakdown, says report. The Guardian, Londres, 17 aug. 2021. Acesso em: 18 ago 2021.

Montevideu, 18 aug. 2021. Acesso em: 20 ago 2021.

Adversidades do comércio marítimo global pela escassez de contêiners em decorrência da pandemia.

Investimento nos Balcãs: a disputa por influência na NAME, I. Escassez de contêineres e a alta do frete marítimo internacional. **Uxcomex**, São Paulo, 13 jul. 2021. Acesso em: 07 ago. 2021 NEWTON, E. Why Do Global Shipping Costs Continue to Skyrocket?. Global Trade Magazine, [s.l], 10 ago 2021. Acesso em: 20 ago 2021.

> Capa: Team Biden: Will People 'Give a Shit' if Afghanistan Erupts?. Por: The Daily Beast.

Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

mapa intitulado "Principais Riscos Globais", exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Bruno Gonçalves

► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO Crise estrutural: <u>Taliban announce new government for Afghanistan.</u> **BBC**, 07 set. 2021. Acesso em: 07 set. 2021.
- GUINÉ Golpe de Estado: <u>Guinea: International uproar after coup d'état against Alpha Condé.</u> **The African Report**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- HAITI Crise estrutural: <u>La Protection civile dans l'impossibilité de soutenir des zones difficiles d'accès.</u> Le Nouvelliste, 03 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- IËMEN Guerra civil e crise humanitária: <u>Yemen Humanitarian Update Issue 8 / August 2021.</u> **Relief Web**, OCHA, 05 set. 21. Acesso em: 06 set. 2021
- MOÇAMBIQUE Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>Mozambique insurgency: focus needs to shift to preventing criminality at sea.</u> **The Conversation**, 29 ago. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- MYANMAR Golpe militar: <u>Myanmar junta agrees to ASEAN call for ceasefire to distribute aid -Kyodo</u>. **Reuters**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- VENEZUELA Crise estrutural: <u>Sin plantas eléctricas ni congeladores: la incapacidad del régimen de Maduro para conservar las vacunas contra el COVID-19.</u> **Infobae**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS Crise política e tensões com o bloco europeu: <u>Líder antiditadura da Belarus é condenada a 11 anos de prisão</u>. **Folha de São Paulo**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- ETIÓPIA Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>Ethiopia's Tigray conflict: Thousands reported</u> killed in clashes. **BBC News**, 04 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- LÍBANO Crise estrutural: <u>Syria agrees to transit gas and electricity to crisis-hit Lebanon.</u> **France 24**, 05 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- MALI Instabilidade política: <u>Mali Police March on Prison, Free Commander Held in Protest Deaths Inquiry.</u> **VOA News**, 03 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.

- NÍGER Aumento da atividade terrorista: <u>Bandits Kill 19, Others Missing In Fresh Attacks On Niger State.</u> **Sahara Reporters**, 04 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- SÍRIA Insegurança regional: <u>Syria: Fragile truce holds in Deraa as peace talks resume.</u> **Al Jazeera**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- SOMÁLIA Crise eleitoral e humanitária: <u>Spy's Death Exposes New Faultline in Somalia Before Elections.</u> **Bloomberg News**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- TUNÍSIA Parlamento suspenso pelo presidente: <u>Tunisie</u>: <u>un blessé de la révolution de 2011 s'immole par le feu.</u> Le Figaro, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- UCRÂNIA Tensões transfronteiriças com Rússia: <u>Ukraine Accuses Russia of Mass Crimean Tatar Detentions</u>. **Moscow Times**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.

► MONITORAMENTO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO Conflito em Nagorno-Karabakh: <u>Karabakh conflict settlement issue open Armenian minister.</u> **TASS**, 31 ago. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- COLÔMBIA Crise estrutural: <u>La crítica situación humanitaria en Antioquia que denuncia el sector religioso</u>. **El Espectador**, 03 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- GUATEMALA Crise política: <u>Guatemala registra 100 % de aumento de muertes por desnutrición aguda en 2021</u>. **Swiss Info**, 03 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- GOLFO DA GUINÉ Insegurança marítima conjuntural: <u>Nigeria, Brazil navies promise to end piracy in Gulf of Guinea</u>. The Sun News, 04 set. 2021. Acesso em: 06 set 2021.
- IRÃ E TADJIQUISTÃO Crise migratória afegã: <u>Abdullah Abdullah asks Iran to send humanitarian aid to Afghanistan.</u> **Theran Times**, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- LÍBIA Em cessar-fogo: Worst Tripoli fighting in a year shows limits of Libya peace push. Reuters, 06 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN Exercícios navais e presença de potências extrarregionais: Beijing revs up South China Sea domination strategy. Asia Times, 05 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- MEDITERRÂNEO CENTRAL Aumento expressivo de travessias de migrantes: <u>Cyprus to strip</u> passports from Turk Cypriot officials. **Reuters**, 23 ago. 2021. Acesso em: 24 ago. 2021
- NICARÁGUA Crise política: <u>Candidatos de oposición de Nicaragua no estarán presentes en elecciones presidenciales de noviembre.</u> CNN Español, 04 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.
- TAILÂNDIA Insatisfação popular pelo controle feito à pandemia: <u>Thailand Roiled by Violent Unrest and COVID-19 Decimation</u>. **Council on Foreign Affairs**, 02 set. 2021. Acesso em: 06 set. 2021.